

Artigos

1. **Pactum de non petendo: a promessa de não processar no direito brasileiro**
Antonio do Passo Cabral 17
2. **Fundamentação decisória: da decisão-surpresa à jurisconstrução de significantes**
Gustavo Henrichs Favero 45
3. **Primeiras reflexões sobre a legitimidade processual no Código de Processo Civil brasileiro**
Pedro Henrique Nogueira 63
4. **Amicus curiae: procedimento, poderes e vinculação à decisão**
William Soares Pugliese 83
5. **Máximas de experiência no CPC/2015**
João Batista Lopes 101
6. **Audiência de saneamento e organização instrutória participativa (case management)**
William Santos Ferreira; Willian Leccioli 111
7. **As zonas (ainda) cinzentas sobre a penhora on-line e uma tentativa de se encontrar algumas soluções**
Márcio Carvalho Faria 141
8. **A impenhorabilidade na visão do Superior Tribunal de Justiça**
Sérgio Shimura; Julia Nolasco Garcia 173
9. **Da natureza da decisão estabilizada**
Filipe Silveira Aguiar 197
10. **Qual é o propósito do pedido de esclarecimentos ou ajustes do pronunciamento saneador, previsto no artigo 357, § 1º, do Código de Processo Civil brasileiro?**
Felippe Borring Rocha; Bárbara Fonseca de Moura 219
11. **A inadmissibilidade flagrante do recurso de apelação e a atuação obstativa do juiz de primeiro grau**
Maurício Pereira Doutor 249
12. **Convenções processuais acerca do local dos atos processuais e extraprocessuais nas ações coletivas**
Luiz Cláudio Moura de Almeida 273

| | |
|--|-----|
| 13. Legitimidade e interesse jurídico do responsável subsidiário para requerer a desconsideração da personalidade jurídica do devedor principal Carolina Costa Meireles | 289 |
| 14. Mandado de segurança e a regra de competência do art. 52, parágrafo único, do CPC Cassio Scarpinella Bueno | 309 |
| 15. Desconsideração da personalidade jurídica e garantias fundamentais do processo: ônus da prova e ônus da argumentação Gustavo Osna | 331 |
| 16. A súmula 195 do STJ e a ampliação cognitiva dos embargos de terceiro no código de processo civil de 2015 Thaís Maia Silva | 355 |
| 17. Os precedentes obrigatórios vinculam o tribunal arbitral? Lucas Buril de Macêdo; Maria Eduarda Almeida | 377 |
| 18. Execução de sentenças em litígios de reforma estrutural na República Argentina: dificuldades políticas e procedimentais que incidem sobre a eficácia dessas decisões Francisco Verbic. Traduzido por: Leonardo Silva Nunes; Samuel Paiva Costa | 403 |
| 19. Direito processual comportamental: repensando institutos processuais a partir da economia comportamental, da psicologia cognitiva e da neurociência Felipe Barreto Marçal | 427 |
| 20. A confidencialidade prevista na Lei de Mediação e os processos de autocomposição envolvendo entes públicos Kaline Ferreira | 451 |
| 21. Novas fronteiras da arbitragem: superação da discussão em torno da natureza contratual ou jurisdicional Érico Andrade | 461 |
| 22. As tutelas dos direitos da personalidade, de Davi Amaral Hibner Marco Antonio Rodrigues | 557 |